



RELATO FINANCEIRO

2024

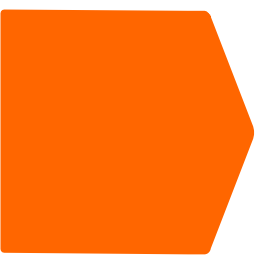
Fundo de Pensões BPI Vida PPR



ÍNDICE

RELATO FINANCEIRO

Relatório de Gestão	3
Introdução	4
Conjuntura Económica e Financeira	10
Investimentos	11
Demonstrações Financeiras	26
Demonstração da Posição Financeira	27
Demonstração de Resultados	27
Demonstração de Fluxos de Caixa	28
Notas às Demonstrações Financeiras	29



RELATÓRIO DE GESTÃO



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

ENQUADRAMENTO

- O Artigo 152.º da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, determina que anualmente deve ser elaborado um relatório e contas para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- A Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

Fundo de Pensões BPI Vida PPR

- O Fundo de Pensões BPI Vida PPR é um fundo de pensões aberto de adesão individual, que tem como finalidade a prossecução de Planos Poupança Reforma. O seu objetivo é o de proporcionar aos seus contribuintes (pessoas singulares ou pessoas coletivas) o estabelecimento de um plano de poupança reforma individual de longo prazo.
- Entende-se por contribuintes as pessoas singulares que adquiram unidades de participação do Fundo ou as pessoas coletivas que adquiram unidades de participação a favor e em nome dos seus empregados.
- Os participantes podem exigir o resgate do valor acumulado neste Fundo de Pensões nas condições legalmente estabelecidas para reembolso dos PPR's.
- Durante o ano de 2024 não se registaram alterações relevantes na gestão do fundo de pensões.
- Em 31 de dezembro de 2024, o valor total do Fundo de Pensões BPI Vida PPR ascendia a 1 355 144 euros.



INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

Fundo de Pensões BPI Vida PPR

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

	(valores em euro)
Valor do fundo em 31-12-2023	1 638 015
Contribuições	193 149
Benefícios Pagos	(521 823)
Transferências	-
Prémios de Seguros	-
Rendimento Líquido	45 802
Valor do fundo em 31-12-2024	1 355 144

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

EUA

A atividade nos EUA manteve-se surpreendentemente robusta em 2024. O consumo das famílias continuou a impulsionar o crescimento económico nos EUA e, após contribuir com 0,6 p.p. para o aumento trimestral de 0,8% do PIB no 3T, os dados mais recentes refletem um consumo dinâmico também no último trimestre do ano. Na mesma linha de robustez, o PMI compósito subiu para níveis expressivos no final do ano (55,4 pontos) e mantém-se claramente acima da marca dos 50 pontos que separa expansão de contração económica (ainda que com comportamentos distintos entre o sector dos serviços e da indústria). Assim, no conjunto do ano, a economia poderá ter crescido em torno de 2,6%, apenas -0,3 p.p. face ao registado em 2023, um comportamento surpreendente considerando o contexto de (ainda) elevada restritividade da política monetária. De facto, depois do aumento de 500 p.b. das taxas de juro desde março de 2022, a Fed iniciou, em setembro passado, o ciclo de relaxamento da política monetária, com um primeiro corte de 50 p.b.. No total, reduziu em 100 p.b. face ao pico atingido em 2023, colocando a fed funds rate em 4,25%-4,50% no final do ano. No entanto, o último corte foi acompanhado por uma mudança clara no tom da Fed para uma posição mais cautelosa, justificado pela expectativa de uma inflação mais elevada em 2025 e 2026 (a Fed espera que os 2% sejam atingidos apenas em 2026), menores riscos no mercado de trabalho e o facto de as taxas estarem 100 p.b. mais próximas da taxa neutra. A vitória de Donald Trump nas eleições de novembro passado trouxe mais um fator relevante na análise da evolução da política monetária, e que justifica cautela na postura da Fed: a incerteza quanto ao impacto que a agenda económica de Trump terá na evolução dos preços (nomeadamente o agravamento das tarifas comerciais, a imposição de novos limites à imigração e cortes de impostos).

As perspetivas de crescimento económico para 2025 são bastante otimistas, embora haja dúvidas quanto à implementação da agenda económica de Trump. De facto, começaram a criar-se expectativas de um impulso a curto prazo para o crescimento através de cortes nos impostos e ambiente de menor regulação. Assim, para 2025, o crescimento da atividade económica deverá situar-se em torno de 2%. No entanto, o impacto resultante das prováveis medidas de Trump na evolução da inflação e o facto de o sector dos serviços evidenciar mais resistência ao abrandamento deverão contribuir para que a política monetária continue em território restritivo, com o mais recente dot plot dos membros da Fed a apontar para apenas 2 cortes em 2025 (face a 4 cortes no dot plot de setembro), enquanto os mercados apontam, neste momento, para apenas 1 corte, com probabilidade baixa de uma segunda redução.



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

Zona Euro

O ano de 2024 voltou a ser marcado pela discrepância entre o dinamismo da economia norte-americana e a debilidade da Zona Euro. De facto, nos primeiros três trimestres, a economia da área do euro cresceu 0,6% homólogo em média, sendo expetável que o último trimestre do ano tenha sido também fraco (os principais indicadores de clima e de sentimento empresarial deterioraram-se e consolidam-se em referências compatíveis com a diminuição da atividade). Neste contexto, é possível que a economia tenha crescido em torno de 0,7% no conjunto do ano. A falta de dinamismo explica-se pela situação delicada das duas grandes economias da região. A Alemanha, por um lado, estagnada no meio de dificuldades estruturais (o PIB do 3T é apenas 0,2% superior ao pré-pandemia), penalizada pelo sector industrial em transformação energética e por um setor dos serviços sem o impulso necessário para reverter a situação global, e com os últimos dados que não permitem excluir uma nova queda do PIB no final do ano. Por outro lado, França, que, passada a dinâmica dos Jogos Olímpicos de Paris enfrenta também um final de ano com um claro arrefecimento do crescimento. Esta fraqueza económica é agravada por uma incerteza política acrescida: na Alemanha, as eleições antecipadas realizam-se a 23 de fevereiro e, em França, a substituição do Governo atrasou a concretização do Orçamento para 2025, persistindo dúvidas quanto à sua aprovação, situação que tem penalizado o prémio de risco soberano que transaciona em torno dos níveis da dívida grega. A economia italiana tem vindo também a perder dinamismo: o PIB estagnou no 3T e o PMI compósito de novembro foi inferior a 50 pontos. No entanto, o arrefecimento atividade no conjunto da economia dos países do euro, dá confiança na luta contra a inflação, o que permitiu avançar com a descida das taxas de juro de política monetária: o BCE desceu em 100 p.b. as suas taxas de juro face ao pico atingido em 2023, colocando a taxa depo em 3,0% no final de 2024.

As perspetivas de crescimento para a Zona Euro continuam bastante débeis para 2025, sendo esperado que o PIB cresça ligeiramente acima de 1%. Em primeiro lugar, os processos de consolidação orçamental irão recomeçar em 2025 em muitas economias, após anos de políticas orçamentais muito expansionistas para compensar o impacto da pandemia e da guerra na Ucrânia. Itália e França, entre outros, estão sujeitas a procedimentos por défices excessivos, o que as obriga a aplicar medidas restritivas e a cumprir um calendário de objetivos. Depois, um aumento das tarifas aduaneiras por parte dos EUA poderá pesar sobre a atividade na Zona Euro, uma região económica com elevado grau de abertura face ao exterior, sendo a Alemanha e Itália as mais expostas. Como ponto positivo, as esperadas reduções das taxas de juro do BCE traduzir-se-ão em menos ventos contrários para a atividade económica. De facto, o tom do BCE aponta para uma nova flexibilização



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

nos próximos meses, sustentada por uma maior confiança na eventual descida da inflação para o objetivo dos 2% em 2025 e pela expectativa de uma reativação mais lenta da atividade. Assim, o BCE deverá avançar com mais cortes ao longo deste ano, colocando a taxa de novo nos 2% no final de 2025. Apesar das expectativas de maiores pressões inflacionistas estarem centradas no outro lado do Atlântico, a área do euro não está isenta de riscos (nomeadamente pelo encarecimento das exportações, perante o agravamento das tarifas aduaneiras; pela valorização do dólar; ou pelo agravamento da incerteza e o seu impacto no sentimento dos investidores e na sua apetência pelo risco).



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

Portugal

2024 arrancou com um robusto crescimento do PIB (0,6% trimestral no 1T 2024), apoiado no bom desempenho da procura externa. Já no 2T e no 3T, o desempenho foi mais modesto (0,2% em ambos). O ano foi ainda marcado pelo impacto acumulado da subida de juros, inflação e alguma incerteza política com eleições antecipadas. Assim, e considerando os dados positivos conhecidos até ao momento para o final de 2024, a economia portuguesa terá crescido 1,7% no conjunto do ano. Em paralelo registámos boas notícias no mercado de trabalho e nos preços. A taxa de desemprego situou-se perto de níveis mínimos, enquanto o emprego registou máximos históricos. Por seu lado, o surto inflacionista foi-se dissipando gradualmente ao longo do ano e chegou-se mesmo a registar uma taxa homóloga de inflação abaixo dos 2% em agosto; no conjunto do ano, a taxa de inflação desacelerou de 4,3% em 2023 para 2,4% em 2024. Quer a evolução do mercado de trabalho, quer a desaceleração da inflação contribuíram para a recuperação do rendimento real das famílias e suportaram a resiliência da atividade económica. Do lado das contas públicas, o compromisso com a consolidação orçamental manteve-se, sendo esperado que o saldo orçamental tenha terminado o ano em terreno positivo, ainda que em menor dimensão do que o observado em 2023 e justificado pelo menor dinamismo da atividade económica e medidas fiscais. Neste contexto, o rácio de dívida pública manteve a sua trajetória de redução, e deverá ter terminado o ano perto dos 94% do PIB.

Olhando para 2025, as perspetivas continuam positivas, suportadas pela resiliência do consumo (que beneficia da robustez do mercado de trabalho), da recuperação do rendimento disponível (tanto por via de aumentos salariais como pela desaceleração da inflação) e do acumular de poupanças (no 3T de 2024, a taxa de poupança aumentou para 10,7%, o nível mais elevado desde 2010, excluindo os anos da pandemia). Também parece plausível aceleração do investimento, tanto por via da redução dos custos de financiamento como pelo facto de entrarmos no penúltimo ano de execução dos fundos NGEU. Ou seja, internamente, os fatores apontam para robustez da economia, que, no entanto, poderão ser contrabalançados por fatores externos relacionados, por exemplo, por aumento do protecionismo e/ou impacto nos preços das principais matérias-primas do eventual agravamento de fatores geopolíticos. Perante este contexto de evolução positiva da atividade económica, as contas públicas manter-se-ão ligeiramente excedentárias, a refletir também a implementação de medidas fiscais que contribuem para a redução de receita e aumento de despesa. O rácio de dívida pública, por sua vez, deverá aproximar-se dos 90% do PIB este ano.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Regulamento de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

Classe de Ativos	Limite Mínimo	Valor Central	Limite Máximo	Benchmark
Ações	0.0%		25.0%	
Europa	-	7.5%	-	MSCI Europe Net Total Return Euro Index
Estados Unidos América	-	5.0%	-	S&P 500 Net Total Return Index
Obrigações	35.0%		100.0%	
Dívida Pública Zona Euro	-	46.5%	-	ICE BofA 1-10 Year Euro Government Index
Dívida Privada Zona Euro	.	31.0%	-	ICE BofA 1-10 Year Euro Corporate TR Index
Mercados Emergentes	0.0%		10.0%	
Alternativos	0.0%	5.0%	10.0%	Euribor 3 meses
Liquidez	0.0%	5.0%	20.0%	Euribor 3 meses

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Investimento Responsável e Sustentável

A BPI Vida e Pensões adota uma política de investimento responsável, garantindo assim, que toma em consideração os possíveis riscos e impactos Ambientais, Sociais e de Governo das Sociedades (ASG) no seu processo de investimento e que contribui para a sustentabilidade do mercado no longo prazo sem alterar o objetivo do Fundo de Pensões.

Para integrar estes princípios na prossecução de um objetivo global, a BPI Vida e Pensões tornou-se signatária dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), fazendo parte de um conjunto de investidores globais que têm um compromisso público de curto prazo de implementar e promover práticas de investimento responsáveis (<https://www.unpri.org/about>).

De uma forma geral, a BPI Vida e Pensões manifesta-se contra o investimento em empresas ou Estados que levem a cabo práticas condenáveis ou que violem tratados internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas, do qual é signatária.

A Companhia possui uma Política de Relação com o Setor da Defesa, na qual define restrições ao investimento em empresas ligadas à produção de material de defesa, e uma Política de Gestão de Risco Ambiental, que define exclusões setoriais aplicadas aos investimentos realizados diretamente pela Companhia com o objetivo de reduzir a sua exposição aos riscos ambientais e, em particular, aos riscos físicos e de transição.

Na eventualidade de uma entidade não cumprir os requisitos de seleção adotados pela Companhia, a BPI Vida e Pensões adotará uma estratégia que procure que a empresa proceda ao cumprimento dos requisitos violados com a maior brevidade possível, de uma forma compatível com a perspetiva económica de uma gestão razoável e sustentável. A estratégia poderá passar pelo envolvimento com a entidade, por medidas de mitigação dos riscos de sustentabilidade ou mesmo pelo desinvestimento parcial ou total.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

A Companhia considera importante o diálogo com as sociedades participadas, pelo que, sempre que se justifique, estabelecerá contacto direto com as mesmas, nomeadamente para transmitir sugestões que se afigurem relevantes sobre qualquer matéria de especial importância ou que reflita especial preocupação. A Companhia poderá também promover o diálogo ativo com as entidades e os gestores de ativos, quer diretamente, quer participando em ações coletivas destinadas a adotar as medidas necessárias à modificação de práticas ou atividades controversas, podendo eventualmente desinvestir em caso de incompatibilidade das atividades exercidas pela entidade.

Com o objetivo de ser um agente ativo na gestão dos seus investimentos e exercer os direitos que daí decorrem, especialmente nos âmbitos definidos pelos UNPRI, a BPI Vida e Pensões:

- Participa direta ou indiretamente em fóruns e grupos de trabalho que visam promover o diálogo com os gestores de ativos e as empresas em que investe, podendo desinvestir em caso de incompatibilidade com os aspetos anteriormente expressos ou com as suas políticas.
- Quando aplicável, e respeitando o disposto na Política de Direito de Voto, exerce os direitos de voto e participa nas assembleias gerais respeitando os objetivos e políticas de investimento e promovendo a valorização sustentável da empresa em que participa.

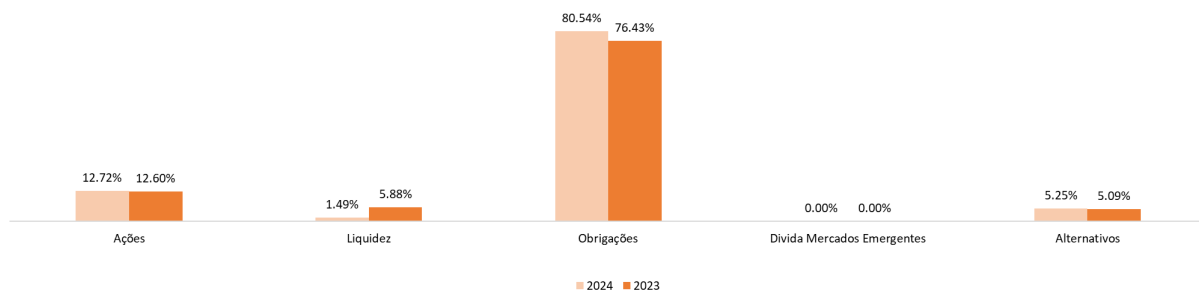
A BPI Vida e Pensões publica no seu site (www.bpividaepensoes.pt) as suas Políticas que, em conjunto, oferecem o enquadramento do modelo de investimento socialmente responsável da Companhia.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Em 2024, as aplicações do Fundo de Pensões apresentam a seguinte composição:



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão definidas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%	Cumpre
4. Valor de mercado dos ativos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado vistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstas na política de investimento do Fundo de Pensões BPI Vida PPR com a alocação a 31.12.2024:

Ativos	Política de Investimento		Alocação 31.12.2024	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Ações	0.00%	25.00%	12.72%	Cumpre
Liquidez	0.00%	20.00%	1.49%	Cumpre
Obrigações	35.00%	100.00%	80.54%	Cumpre
Divida Mercados Emergentes	0.00%	10.00%	0.00%	Cumpre
Alternativos	0.00%	10.00%	5.25%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões BPI Vida PPR com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período:

Período	Rentabilidade	Risco	Rentabilidade Benchmark
Nos últimos 5 anos	-0.29%	3	-
Nos últimos 3 anos	-0.90%	3	0.58%
Nos últimos 12 meses	3.24%	3	5.17%

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Política de Investimentos

Observações

- O cálculo das medidas de rendibilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rendibilidade efetiva} = (UP_f / UP_i) - 1$$

Em que, UP_f = Valor da unidade de participação no final do período de referência

UP_i = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rendibilidade anualizada} = (1 + \text{rendibilidade efetiva})^{365/n} - 1$$

Em que, n = número de dias do período de referência da rendibilidade efetiva utilizada

- O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que, r_t = rendibilidade efetiva semanal no período t

T = n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rendibilidade

\bar{r} = média aritmética simples das rendibilidades efetivas semanais, para o período de referência.

- A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

Classe de Risco	Intervalo da Volatilidade	
	Maior ou Igual a	Menor que
1	0.0%	0.5%
2	0.5%	2.0%
3	2.0%	5.0%
4	5.0%	10.0%
5	10.0%	15.0%
6	15.0%	25.0%
7	25.0%	

Baixo Risco			Elevado Risco			
Remuneração potencialmente mais baixa			Remuneração potencialmente mais elevada			
1	2	3	4	5	6	7

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Comentário aos Resultados

A generalidade das classes de ativos registou um desempenho bastante positivo ao longo de 2024. Este desempenho foi especialmente relevante na classe de ações, com os principais índices a terminarem o ano com *performances* robustas. O ano ficou sobretudo marcado pelo início do ciclo de descida de taxas de juro por parte dos principais bancos centrais. Depois de sinalizarem essa possibilidade no final de 2023, tanto BCE como FED avançaram para cortes sucessivos das taxas de referência na segunda metade deste ano (-100pb em ambas as geografias), conferindo suporte para o bom desempenho de ações e obrigações. A estabilização dos dados macroeconómicos estiveram na base deste movimento de taxas, em concreto a evolução dos dados de inflação que apresentaram uma tendência decrescente situando-se agora mais perto do *target* de 2% (2.2% na Europa e 2.7% nos EUA). Do lado das empresas, os resultados divulgados ao longo do ano superaram, de modo geral, as estimativas dos analistas suportando assim o desempenho positivo da classe acionista. O ano ficou ainda marcado pela instabilidade política na Europa (em especial França e Alemanha) e pela escalada dos conflitos geopolíticos no Médio Oriente e Ucrânia. Finalmente, as eleições nos EUA resultaram na eleição de Donald Trump para um novo mandato de quatro anos.

Quanto ao desempenho dos principais índices acionistas destacamos: S&P500 +25.02%, STOXX Europe 600 +8.79%, na Alemanha o DAX30 +18.85%, no Japão o Nikkei 225 +19.22%. Em Portugal o movimento foi negativo, com o PSI20 a cair cerca 0.3% devido ao mau desempenho do setor energético (EDP -32.14% e EDP Renováveis -45.80%). Nos mercados emergentes o desempenho do índice MSCI Emerging Markets foi de 7.5%, com destaque para as boas *performances* de Índia e Taiwan.

Do lado das taxas de juro, a dívida alemã a 10 anos subiu cerca de 34pb no ano, com o Bund a fechar com uma *yield* de 2.36%. Para a dívida portuguesa o movimento foi similar, com a taxa dos 10 anos a encerrar o ano em 2.84% (subida de 22pb). Nos EUA, o movimento também foi de subida, com a *yield* da dívida dos 10 anos a encerrar em 4.57%, face aos 3.88% do final de 2023. Do lado da dívida privada, os *spreads* de crédito *investment grade* e dívida *high yield* mantiveram-se praticamente inalterados face ao final de 2023, cerca de -1pb e 3pb, respetivamente.

Finalmente, no que diz respeito a matérias-primas este foi um ano marcado por alguma volatilidade e variações mensais elevadas. O preço do petróleo (Brent) subiu 2.55%, terminando o ano nos 71.72 USD, e, em sentido contrário, o gás natural caiu 4.39%. Nos metais preciosos destaque para o desempenho do ouro ao valorizar 27%, terminando o ano nos 2.625USD/oz.

Neste contexto, o Fundo de Pensões BPI Vida PPR, alcançou uma rentabilidade, no ano, de 3.24%. Tanto a classe de ações como a classe de obrigações de taxa fixa tiveram retornos absolutos positivos. Nas ações, a carteira de ações americana acabou por ter o contributo mais relevante. Nas obrigações de taxa fixa a *performance* foi positiva como resultado das *yields* mais elevadas e do ciclo positivo de cortes nas taxas de juro de referência. O investimento em retorno absoluto gerou um contributo positivo no ano, com o fundo *equity long/short market* neutral em carteira a apresentar um retorno absoluto positivo.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Sistema de gestão de riscos

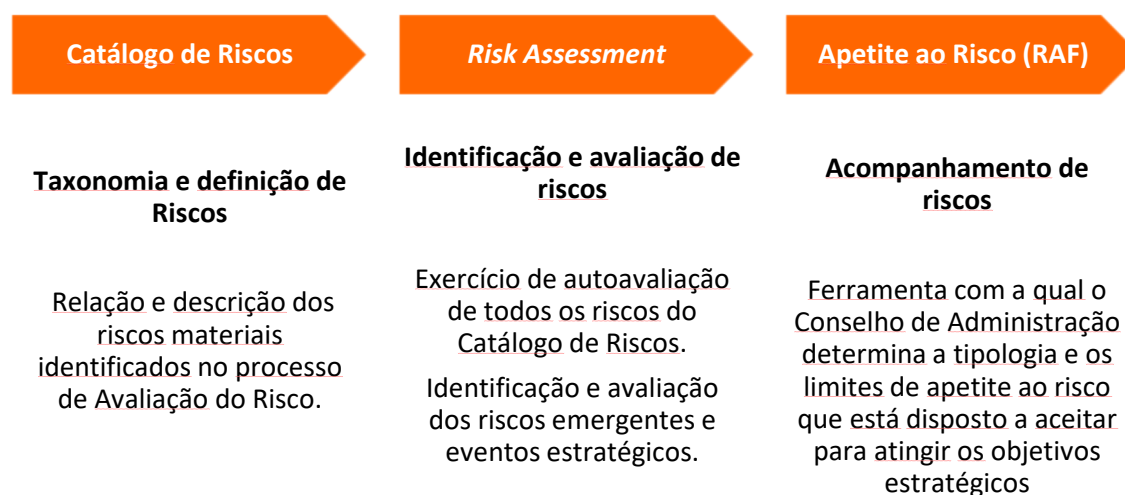
Nos pontos seguidos são detalhados os elementos-chave do sistema de gestão de riscos da BPI Vida e Pensões.

a. Governo e organização

A BPI Vida e Pensões tem estrutura organizacional e funcional disponibilizando recursos suficientes de modo a assegurar que o seu sistema de governo seja adequado em relação à natureza, volume e complexidade dos riscos inerentes à atividade desenvolvida.

b. Processos estratégicos de gestão de riscos

A BPI Vida e Pensões dispõe dos seguintes processos estratégicos de risco para identificação, medição, mitigação, monitorização, controlo e reporte dos riscos, alinhados com a metodologia do Grupo CaixaBank:



c. Cultura de risco

A cultura de risco desempenha um papel muito importante na consciência sobre o risco e sua gestão. Na BPI Vida e Pensões a cultura de risco abrange os comportamentos e atitudes face ao risco, bem como a gestão dos colaboradores, que refletem os valores, os objetivos e práticas partilhadas. Esta cultura procura influenciar as decisões da direção e dos colaboradores nas suas atividades diárias, com o objetivo de evitar comportamentos que, inadvertidamente, possam aumentar riscos ou incorrer em riscos que não podem ser assumidos.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

d. Cumprimento dos limites

As posições de risco do Fundo podem variar significativamente dependendo das expectativas de evolução do mercado, mesmo considerando as limitações de exposição a obrigações, a ações e a investimentos alternativos.

A BPI VP tem atualmente implementados métodos de controlo e mensuração dos limites a que os investimentos estão sujeitos, que garantem o rigoroso cumprimento da Política de Investimento de acordo com a legislação aplicável.

A monitorização do *compliance* regulamentar e interno específico de cada carteira é realizada sobre cada fecho da carteira, comunicando-se imediatamente os desvios aos gestores e, se for caso disso, ao responsável da área de gestão de carteiras.

Semanalmente, é produzido um relatório onde são identificadas eventuais situações de incumprimento, face ao regime prudencial ou à política de investimentos de cada carteira, contendo a justificação e a medida de correção implementada ou a implementar para a sua regularização.

Adicionalmente, e com uma periodicidade mensal, é elaborado um relatório onde são analisados todos os ativos sob gestão da Companhia e é aferida a consistência das posições financeiras com as políticas internas da Companhia, em particular no que diz respeito a indicadores geográficos, de solvência e de liquidez.

Sistema de controlo interno

O modelo de controlo interno assenta num modelo de controlo a três níveis, que garante a segregação estrita de funções e a existência de vários patamares de controlo independente:

- O primeiro nível de controlo está integrado nos procedimentos e processos das unidades operacionais que gerem efetivamente os riscos;
- O segundo nível de controlo assegura a qualidade de todo o processo de gestão; revê a coerência com as políticas internas e as diretrizes públicas dos processos relacionados; realiza controlos específicos; orienta sobre o desenho e a revisão dos processos e sobre os controlos estabelecidos nas unidades de gestão de riscos; adota as medidas de mitigação; desenvolve sistemas de avaliação e medição de risco; propõe limites de tolerância ao risco; monitoriza as exposições em relação aos limites de tolerância aprovados.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

- A função de auditoria interna, como terceiro nível de controlo, é uma função independente e objetiva de salvaguarda e consulta, concebida para acrescentar valor e para melhorar as operações. Em particular, a auditoria interna atua como terceiro nível de controlo, supervisionando as ações do primeiro e do segundo nível de controlo.

Gestão de risco

Apresentam-se de seguida a descrição dos riscos a que as Associadas, os Participantes e os Beneficiários se encontram expostos:

a. Risco de mercado

Os principais riscos de mercado advêm de variações dos preços dos títulos das carteiras, decorrentes da perceção dos investidores a fatores intrínsecos ao emitente ou aos mercados, ou ainda a fatores geopolíticos. Destacando-se o risco de spread e o risco de taxa de juro.

O risco de *spread* decorre do potencial efeito adverso de uma subida dos prémios de risco dos emitentes das obrigações detidas pela Companhia, e consequente descida dos preços de mercado desses títulos. O risco de spread é analisado numa base regular pela área de gestão de carteiras, através de medidas de sensibilidade à evolução dos spreads de crédito, nomeadamente a *spread duration*.

O risco de taxa de juro é, igualmente, analisado regularmente pela área de gestão de carteiras, com o recurso a medidas de sensibilidade à evolução das taxas de juro, nomeadamente a *duration*. Estes cálculos são também realizados pela área de controlo de gestão numa base trimestral.

De referir ainda a determinação do *Value at Risk* (VaR), que corresponde à estimativa de perda máxima esperada para uma carteira num determinado horizonte temporal com um determinado nível de confiança. Os resultados das políticas de cobertura, implementadas pelos gestores, são igualmente avaliados e consolidados, nomeadamente através dos valores do VaR determinados com e sem derivados.

b. Risco de Crédito

O risco de crédito de cada título é avaliado tendo em consideração o risco de crédito de cada emissor e a natureza de sua dívida, bem como a notação de *rating* e a probabilidade de *default*.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Riscos Materiais

De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões BPI Vida PPR, em 31.12.2024, os riscos materiais associados eram:

Risco de Mercado				Risco de Crédito	Risco Imobiliário		Invest. Alternativos
Ações	Obrigações	Câmbio			Diretos	Indiretos	
Ações	Taxa de juro	Taxa de câmbio	Cobertura Total				
x	x	x		x			x

Comparativamente com o ano anterior, não se registou qualquer alteração no tipo de riscos a que o fundo de pensões se encontra exposto.



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

Riscos Materiais

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos ativos

- Ações – Perdas decorrentes de alterações de preços de ações
- Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio

Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

Lisboa, 30 de abril de 2025

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.



Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(valores em euro)

Demonstração da Posição Financeira	Notas	31-12-2024	31-12-2023
ATIVO			
Investimentos			
Instrumentos de capital e unidades de participação	5	1 334 948	1 500 192
Unidades de Participação		1 334 948	1 500 192
Títulos de dívida pública	5	-	40 660
Outros títulos de dívida	5	-	55 993
Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	6	23 008	48 404
Depósitos à Ordem		23 008	48 404
Outros Ativos			
Acréscimos e Diferimentos	7	-	886
Juros a Receber		-	886
Total Ativo		1 357 956	1 646 135
PASSIVO			
Credores	8	2 812	8 120
Entidade Gestora		902	1 085
Estado e outros entes públicos		131	146
Outras Entidades		1 779	6 889
Total Passivo		2 812	8 120
Valor do Fundo		1 355 144	1 638 015
Valor da Unidade de Participação		7.64193	7.40208

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(valores em euro)

Demonstração de Resultados	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Contribuições	9	193 149	53 715
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	10	(521 823)	(276 486)
Ganhos líquidos dos investimentos	11	45 485	93 373
Rendimentos líquidos dos investimentos	12	26 689	16 206
Outras Despesas	13	(26 371)	(26 922)
Resultado Líquido		(282 871)	(140 115)

O Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(valores em euro)

Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Contribuições	9		
Contribuições dos associados		193 149	53 715
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	10		
Capitais vencidos (remições/vencimentos)		(527 643)	(270 700)
Remunerações	13		
Remunerações de gestão		(11 727)	(13 477)
Remunerações de depósito e guarda de títulos		(10 850)	(13 477)
Outras despesas	13		
		(3 087)	-
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais		(360 158)	(243 940)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos			
Alienação / reembolso dos investimentos		625 499	673 479
Rendimentos dos investimentos		27 574	15 612
Pagamentos			
Aquisições de investimentos		(318 175)	(428 087)
Outros gastos com investimentos		(194)	(194)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		334 704	260 809
Variações de caixa e seus equivalentes		(25 454)	16 869
Efeitos de alterações da taxa de câmbio		57	6 303
Caixa no início do período de reporte		48 404	25 232
Caixa no fim do período de reporte		23 008	48 404

O Contabilista Certificado

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões BPI Vida PPR (adiante designado por "Fundo"), foi constituído em 31 de outubro de 1996, tendo o seu regulamento de gestão sido modificado pela última vez em maio de 2016.

É um fundo de pensões aberto de adesão individual, que tem como finalidade a prossecução de Planos Poupança Reforma. O seu objetivo é o de proporcionar aos seus participantes/contribuintes o estabelecimento de um plano de poupança reforma individual de longo prazo.

São participantes do fundo são todos os indivíduos que decidam efetuar subscrições para o Fundo.

Tratando-se de um PPR o Fundo não paga pensões, podendo os participantes pedir o reembolso do valor das suas UPs.

2. Alterações ocorridas no plano de pensões

Durante o exercício de 2024 ocorreram alterações relevantes na gestão do fundo de pensões.

3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo

Durante os exercícios de 2024 e 2023, não ocorreram alterações relevantes de ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo.

4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na IAS 1 e o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

4.1. Especialização de exercícios

Na sua generalidade, os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

4.2. Investimentos mobiliários

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007 R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;
- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setor económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da Sociedade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o Financial Times Interactive Data, o ISMA – International Securities Market Association, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de market makers da escolha da Sociedade Gestora.
- Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos

ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

4.3. Operações com contratos de "Futuros"

As posições abertas em contratos de futuros, realizadas em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados ou potenciais reconhecidos como proveito ou custo na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" da demonstração de resultados.

4.4. Comissões

As diversas comissões suportadas pelo fundo, acordadas no contrato de gestão, são contabilizadas na rubrica "Outras despesas" da demonstração de resultados, no período em que ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento. Destacam-se como principais comissões:

- **Comissão de gestão:** corresponde à remuneração da Sociedade Gestora, pela atividade de gestão do património do Fundo.
- **Comissão de depósito:** remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo.

4.5. Pensões, capitais, prémios únicos vencidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais, prémios únicos vencidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

4.6. Operações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças líquidas originadas pela atualização cambial são refletidas na rubrica "Ganhos líquidos dos investimentos" na demonstração de resultados.

4.7. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais ("EBF"), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis ("IMT").

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.

5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2024, a carteira do Fundo inclui Instrumentos de capital e unidades de participação, conforme se detalha abaixo, num total de investimentos de 1 334 948 euros, representando uma diminuição de 16% relativamente a 2023.

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Custo de Aquisição	Mais/ Menos Valias Contabilísticas	Mais/ Menos Valias Cambiais	Juro Corrido	Total
Instrumentos de capital e unidades de participação					
BPI GLOBAL INV FD - BPI ALTERNATIVE CLASE M	69 030	2 110	-	-	71 140
ETF-AMUNDI INDEX EURO AGG CORPORAT(XPAR)	116 563	5 213	-	-	121 776
ETF-AMUNDI INDEX MSCI EUROPE SRI PAB(XPAR)	9 284	755	-	-	10 038
ETF-ISHARES BARCLAYS CAP.EURO CORP.(AMS)	9 411	310	-	-	9 722
ETF-ISHARES EURO GOVT 3-5Y (XAMS)	181 852	(269)	-	-	181 582
IETF - ISHARES CORE S&P 500 (XAMS) - EUR	48 306	16 362	-	-	64 668
IETF- XTRACKERS II EUROZONE GOV. (XMIL)	95 141	2 937	-	-	98 078
IETF-AMUNDI MSCI USA SRI CLIMATE NE	6 135	812	-	-	6 947
IETF-IS.CORE MSCI EUROPE ACC - (XAMS)	83 828	6 840	-	-	90 668
IETF-ISHARES EUR GOVT BOND 5-7YR U(XAMS)	135 948	(365)	-	-	135 583
IETF-ISHARES EUR GOVT BOND 7-10YR (XAMS)	94 664	(766)	-	-	93 898
IETF-ISHARES EURO CORP BND 1-5YR-(MIL)	81 228	1 461	-	-	82 689
IETF-SPDR BLOOMBERG 0-3 EURO CORPO(XLON)	19 777	298	-	-	20 076
ISHARES CORE EURO CORP BOND(LSE)	183 868	1 389	-	-	185 256
ISHARES EURO GOV BND 1-3 (AMS)	161 571	1 255	-	-	162 826
Total Instrumentos de Capital e Unidades de Participação	1 296 605	38 343	-	-	1 334 948
Total	1 296 605	38 343	-	-	1 334 948

Riscos associados à carteira de investimentos

Exposição e Origem do Risco

- Risco de mercado: é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo.
- Risco de taxa de juro: risco de movimentos adversos (subida) nos vários prazos das taxas de juro, com impacto no preço das obrigações de taxa fixa.
- Risco de crédito: corresponde à possibilidade de um emitente de determinado título não ter capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.
- Risco cambial: resulta da detenção de ativos em moeda estrangeira e da variação das taxas de câmbio destas moedas.
- Risco de liquidez: consiste na eventual dificuldade na realização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.
- Risco operacional: resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, recursos humanos, sistemas, fraude ou outros que possam afetar o normal funcionamento da atividade da Sociedade Gestora.

Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco

O Fundo de Pensões BPI Vida PPR considera a gestão do risco uma das disciplinas fundamentais no seu modelo de funcionamento. Para isso dispõe de uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos. Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre o risco das carteiras com gestores e órgãos da administração.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, utiliza-se o Value-at-Risk ("VaR") para determinar a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. O Fundo de Pensões BPI Vida PPR dispõe de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco, que implementa uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição ex-ante das carteiras aos principais fatores de risco (e.g. mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito), em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um benchmark, passou assim a ser aferida em cada momento através do software "PORT". Este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da Bloomberg, que engloba fatores destinados a captar esta dimensão do risco.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez suficientes, para fazer face às responsabilidades financeiras a cargo do Fundo. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco, são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.

No âmbito do Risco Operacional, é aferido o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação dos custos associados.

Por último, e tendo em consideração a monitorização dos limites legais e das políticas de investimento, os alertas de incumprimento são enviados aos gestores sempre que as carteiras de investimento são encerradas. Estão ainda definidos limites de exposição por Contraparte, relativos às operações por liquidar.

Análise de sensibilidade

Conforme acima referido, uma medida que agrega os principais riscos de mercado e utilizada pelo Fundo de Pensões BPI Vida PPR é o Value-at-Risk. Para o cálculo deste indicador, são utilizadas as volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos, baseadas nos preços dos últimos 365 dias.

Em 31 de dezembro de 2024, o Value-at-Risk com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês pode ser detalhado com o contributo das seguintes classes de ativos:

VaR / Carteira (%)	VaR (EUR)	Contributo Ações (%)	Contributo Taxa de Juro (%)	Contributo Moeda (%)
1,17	15 888	1,17	-	-

Quanto à exposição ao risco de taxa de juro, apresenta-se a análise de sensibilidade a variações de +/- 100 pontos base:

Sensibilidade da taxa de juro		
Impacto - 100 bps		
Valor Carteira	Valor após Impacto - 100 bps	Variação
1 355 144	1 397 893	3.2%
Impacto + 100 bps		
Valor Carteira	Valor após Impacto + 100 bps	Variação
1 355 144	1 312 394	-3.2%

6. Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica referia-se a depósitos à ordem domiciliados no Banco BPI, com o seguinte detalhe:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Depósitos à Ordem - EUR	19 005	47 706
Depósitos à Ordem - USD	4 003	697
Total	23 008	48 404

7. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2023, esta rubrica respeita a Acréscimos e Diferimentos, onde estão registados os juros a receber dos títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, referentes a 2023.

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Juros a receber (Nota 5)	-	886
Acréscimos e Diferimentos	-	886
Total	0	886

8. Passivo

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica respeita, essencialmente, a valores a regularizar de impostos e à entidade gestora e valores de comissões.

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Entidade Gestora	(902)	(1 085)
Estado e outros entes públicos	(131)	(146)
Outras Entidades	(1 779)	(6 889)
Credores	(2 812)	(8 120)
Total	(2 812)	(8 120)

9. Contribuições

Durante o ano de 2024, existiram subscrições no valor de 193 149 euros (2023: 53 715 euros).

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Subscrições	193 149	53 715
Total	193 149	53 715

10. Pensões

Durante os exercícios de 2024 e 2023, os benefícios pagos têm a seguinte composição:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Resgates	521 823	276 486
Total	521 823	276 486

11. Ganhos líquidos dos investimentos

Abaixo são apresentadas as mais e menos valias, potenciais e realizadas contabilizadas durante os exercícios de 2024 e 2023 relativas aos investimentos detidos pelo Fundo:

(valores em euro)

Ganhos Líquidos	2024						2023
	Instrumentos de capital	Títulos de dívida pública	Outros títulos de dívida	Numerário	Outras aplicações	Total	
Mais Valias	50 619	465	-	383	-	51 467	93 998
Menos Valias	(5 337)	(320)	-	(325)	-	(5 982)	(625)
Total	45 282	145	-	57	-	45 485	93 373

Face ao exercício de 2023, verificou-se uma diminuição significativa nas mais valias e um aumento acentuado nas menos valias na valorização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.

12. Rendimentos líquidos dos investimentos

Na seguinte tabela apresentam-se os juros obtidos durante os exercícios de 2024 e 2023 pelos investimentos detidos pelo Fundo:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Títulos de dívida pública	945	1 703
Outros empréstimos	25 744	14 503
Total	26 689	16 206

13. Outras despesas

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, é da sua responsabilidade efetuar os pagamentos de comissões à Entidade Gestora e ao Banco Depositário. O detalhe das comissões e outras despesas contabilizadas durante os exercícios de 2024 e 2023 é apresentado abaixo:

(valores em euro)

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Comissões de Gestão Financeira	11 545	13 364
Comissão de Depósito	11 545	13 364
Comissões	23 089	26 728
Outras Despesas	3 282	194
Impostos e Taxas	3 282	194
Total	26 371	26 922

As comissões suportadas durante o exercício foram calculadas conforme segue:

Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de participantes.
Financeira	Todos	A comissão é definida em % e aplicada trimestralmente ao valor do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do Fundo sob gestão.
Pagamento Benefícios	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de processos tratados.

A Comissão de Gestão Financeira corresponde a 0.75% do valor global do Fundo, sendo calculada trimestralmente com referência ao valor do fundo no último dia útil de cada trimestre. Sobre a comissão de gestão incide imposto de selo, sendo que o valor apresentado no quadro acima inclui esse montante. A remuneração do banco depositário consiste numa comissão trimestral fixa de

0.1875% calculada sobre o valor da carteira de títulos no último dia de cada trimestre. Sobre a comissão de depósito incide também imposto de selo. A rubrica de comissão de depósito inclui o saldo da conta comissões com serviços bancários.

A rubrica de Outras Despesas é composta maioritariamente pelas Comissões de Gestão Financeira e Comissões de Depósito que ascendem a 23 089€.

Os honorários de auditoria da PwC afetos ao exercício de 2024 totalizam o montante de 2 306€, incluindo os serviços distintos de auditoria em 923€.

14. Transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas

Não existem transações que envolvam o fundo de pensões e o associado ou empresas com este relacionadas.

15. Ativos e passivos contingentes

Não existem ativos e passivos contingentes.

16. Garantias por parte da entidade gestora

Não existem garantias por parte da entidade gestora.

17. Eventos Subsequentes

À data de emissão das contas de 2024, não são conhecidos eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2024.





Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões BPI Vida PPR (o Fundo), gerido pela BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade Gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 1.357.956 euros e um valor do Fundo de 1.355.144 euros), a demonstração de resultados (que evidencia um resultado líquido negativo de 282.871 euros) e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões BPI Vida PPR em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183
e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

DocID: Njc3YzYwMmU1NGJkY2Y3OTczMDEyYjk0fDE0OTkzNzg1NzM5MzY1Mzc4Mzk4fENMQw==

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 11.º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

22 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

DocuSigned by:

94AAA81AB5424C5...

Carlos Manuel Sim Sim Maia, ROC n.º 1138
Registado na CMVM com o n.º 20160750